

# Zika Vírus - Fim da Emergência de Importância Nacional

29/05/2017

Geral

O Ministério da Saúde declarou, no dia 11 de maio, o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência do vírus Zika e sua associação com a microcefalia e outras alterações neurológicas. A decisão, informada à Organização Mundial da Saúde (OMS) por meio de nova avaliação de risco, ocorre 18 meses após a decretação de emergência, em um momento de queda nos casos de Zika e microcefalia em todo o país. O enfrentamento ao *Aedes aegypti* será mantido em todos os níveis de vigilância.

Neste momento, o Brasil não preenche mais os requisitos exigidos para manter o estado de emergência. Um dos quatro pontos da avaliação de risco da OMS é de que o evento seja considerado incomum ou inesperado, o que não ocorre mais, visto que já há conhecimento científico suficiente que comprove a relação do Zika e as alterações neurológicas.

Durante os 18 meses da emergência em saúde pública nacional houve um fortalecimento da capacidade de resposta nacional e local, por meio da colaboração entre as três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). As medidas de enfrentamento ao mosquito *Aedes aegypti* têm sido intensificadas desde o final de 2015 e serão mantidas, com a identificação do vírus Zika e suas consequências como a microcefalia e outras alterações em bebês cujas mães são infectadas pelo vírus durante a gravidez.

**AVALIAÇÃO DE RISCO** – A avaliação de risco faz parte do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) como decisão para avaliação e notificação de eventos que possam constituir Emergências em Saúde Pública. A decisão pode ser tomada com base em quatro aspectos: o impacto do evento sobre a saúde pública; se o evento é incomum ou inesperado; se há risco significativo de propagação internacional; e se há risco significativo de restrições ao comércio ou viagens internacionais. Essas questões apoiam e norteiam a tomada de decisão em relação aos eventos de saúde pública.

**MOBILIZAÇÃO** - O último boletim epidemiológico, de 1º de janeiro a 15 de abril deste ano, aponta redução de 90,3% dos casos de dengue; 95,3% de Zika e 68,1% de chikungunya em relação ao mesmo período de 2016. No entanto, o

período de maior incidência das três doenças segue até o fim de maio. Portanto, todos os esforços de prevenção e combate ao *Aedes aegypti* devem ser mantidos.

A redução nos casos das doenças pode ser atribuída a um conjunto de fatores, como a mobilização nacional contra as doenças e a maior proteção pessoal da população, a escassez de chuvas em determinadas regiões do país, o que desfavorece a proliferação do mosquito, e a proteção natural que as pessoas adquirem ao ter alguma das doenças em anos anteriores.

A participação da população nesse processo é fundamental, já que nenhum poder público pode enfrentar sozinho a eliminação dos focos do mosquito transmissor, *Aedes Aegypti*. O cuidado deve ser constante, em especial a eliminação de locais com água parada e criadouros com mosquito.

**ZIKA** - Neste ano, até 15 de abril, foram registrados 7.911 casos de Zika em todo o país, o que representa uma redução de 95,3% em relação ao mesmo período do ano passado (170.535 casos). A incidência passou de 82,8 em 2016 para 3,8 neste ano. A análise da taxa de casos prováveis mostra uma baixa incidência em todas as regiões geográficas até o momento. Em relação às gestantes, foram registrados 1.079 casos prováveis em todo o país, sendo 293 confirmados.

**MICROCEFALIA** - Os casos de microcefalia não registram aumento expressivo desde maio de 2016. No entanto, cabe esclarecer que não é possível fazer comparações dos dados, uma vez que os critérios e protocolos para definição de casos de microcefalia e outras alterações do sistema nervoso central passaram por diversas adaptações ao longo do último ano, de acordo a evolução dos estudos e descobertas que foram feitas neste período.

Em 2017, foram confirmados 230 casos de microcefalia e outras alterações do sistema nervoso, sugestivos de infecção congênita. Permanecem em investigação pelo Ministério da Saúde e pelos estados 2.837 casos suspeitos em todo o país. No total, 3.651 casos foram notificados ao Ministério da Saúde pelos estados.

Desde o início das investigações, em novembro de 2015, foram notificados ao Ministério da Saúde 13.490 casos, com 2.653 confirmações. Outros 5.712 casos foram descartados e 105 foram considerados prováveis. Outros 1.784 foram

excluídos do sistema, por não atenderem as definições de caso vigentes.